



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Karla Pinheiro

Dessa vez as feiras livres terão que se adequar. É o que garante o promotor de justiça do Ministério Público, Dr. Daniel Carneiro que ajuizou três ações civis públicas em face do Município de Aracaju e da Empresa Municipal de Serviços Urbanos, EMSURB. A ação impede o funcionamento das feiras livres dos bairros Grageru, Ponto Novo e Coroa do Meio. Além da falta de higiene e condicionamento inadequado dos alimentos vendidos, a sujeira, barulho e interdição das vias públicas foram fatores fundamentais para a decisão. Estas feiras estão impedidas de funcionar até que as adequações sejam feitas.

As ações foram originárias de procedimentos antigos que tramitavam na Promotoria Pública de Direitos do Consumidor. “Os procedimentos são antigos, vem tramitando há muito tempo, já houve audiências. A gente tentou com o município a adequação, tentamos durante vários anos que isso fosse resolvido sem ação judicial com os órgãos, que é a Emsurb, Adema e o Município de Aracaju que são autores responsáveis por essa fiscalização e que devem deixar os locais em condições de salubridade para o consumidor. Como não conseguimos resolver, ajuizamos as ações. Sei o impacto social que

isso causa, mas não podemos deixar 100 pessoas trabalhando em prejuízo de toda população. Eu já deixei claro que não queremos fechar as feiras, nós queremos que as feiras se adequem”, relata Dr. Daniel Carneiro.

Várias denúncias já tinham sido feitas em relação às feiras interditas. De acordo com o promotor os fatos foram checados, comprovados e agora terão que ser ajustados para voltarem a funcionar. “Tivemos reclamações que haviam irregularidades nas feiras, começamos a investigar, solicitamos aos órgãos competentes os levantamentos, aí conseguimos comprovar que essas feiras não tinham nenhuma condição de higiene e saúde para comercializar produtos que vão ser ingeridos pelo consumidor de Aracaju. Conseguimos comprovar através de testes de audiometria realizado pela Emsurb, que na Feira do Grageru faz muito barulho incomodando as pessoas que moram na vizinhança. Outra reclamação é a questão do trânsito local, as feiras utilizam calçadas e ruas que impedem o trânsito, resto de alimento que fica no chão, falta de estrutura para o comércio em si, segundo a Vigilância Sanitária não há condições de funcionamento”, explica o promotor.

São muitos os quesitos falta de higiene nas feiras livres, mas os que mais chamam atenção é a manipulação dos alimentos. “São tantos problemas de higiene, é carne sendo vendida sem refrigeração, acomodação de frutas e

verduras no chão, ambientes que não estão aptos a isso gerando a contaminação dos hortifrutis, as barracas sujas e enferrujadas e os alimentos ficam em contato com isso, a carne vendida junto com hortifrutis, isso pode gerar contaminação cruzada, ausência total de treinamento de feirantes, a mesma mão que pega dinheiro, pega os alimentos sem qualquer tipo de proteção, não usam roupas adequadas, luvas, proteção de cabelo, enfim locais sem condições de funcionar”, conta Dr. Daniel Carneiro.

Não foi estipulado um prazo para a regularização, segundo o

As ações civis do MPE impedem o funcionamento das feiras livres dos bairros Grageru, Ponto Novo e Coroa do Meio

Feiras Livres só retornam após se adequarem